



**COTISTAS**  
Racismo em  
sala de aula

**PERFIL**  
Torquato  
Neto

**CINEMA**  
50 anos de  
*Deus e o Diabo*

# ARGOS AMIGOS

A PRIMEIRA À ESQUERDA

ano XVII  
nº 208 / 2014  
R\$ 10,90



## ELEIÇÃO

### A GUERRA SUJA NA INTERNET

ENTREVISTA

## GUILHERME BOULOS

“O MTST É UMA  
ALTERNATIVA DIFERENTE”

## MACONHA

O DEBATE AVANÇA



ISSN 1414-221X



9771414221008 00208


 Ilustração Capa:  
 Alexandre Santos

## POLÍTICA NA REDE

A reportagem de capa de *Caros Amigos* investiga a política na internet, o novo campo de batalha onde a disputa de candidatos e partidos já ocorre há vários meses. Conforme cresce em importância na vida dos brasileiros, que já passam boa parte de seu tempo nas redes sociais, a web obriga partidos e candidatos a investirem mais no ciberespaço, com núcleos exclusivos de profissionais que divulgam notícias e propostas e também monitoram seus concorrentes. Há vantagens, para o bem do debate e para o mal: se nos veículos tradicionais eles têm limites éticos, criminais, de tempo, espaço e dinheiro, na internet não há teto nem fundo do poço e cada internauta, ao compartilhar ou curtir, pode tornar-se um cabo eleitoral. Em outras palavras: o que não se pode fazer em outros lugares ou de cara limpa, pode ser possível na net – e a sujeira, como se vê, já escorre pelos cabos da rede.

Mas qual a relevância e o impacto para os candidatos daquilo que se publica na net? Especialistas ouvidos por *Caros Amigos* abordam a questão com cautela, mas também com uma certeza: cada vez mais a internet será fundamental nas campanhas e este 2014 é, provavelmente, o daqui em diante. Também já há ferramentas para medir esse impacto e sua extensão, monitorar o comportamento dos internautas, como um sistema desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo e com o qual *Caros Amigos* obteve, com exclusividade, uma análise de *posts* da rede social Twitter envolvendo a palavra “eleições” e que revela novos formadores de opinião – que não estão ligados à mídia ou a partidos – e uma grande massa de internautas nem lá nem cá, o que permitiu aos analistas avaliarem que, nesse momento, há grande possibilidade de aumento em votos em branco, nulos ou abstenções.

A edição também aborda as novas propostas de descriminalização da maconha, cujo debate avança com o reforço de experiências em vários países, sobretudo o Uruguai, e análises que atestam o fracasso do proibicionismo. Outro assunto relevante da edição são os casos de agressões morais e racismo que atingem os alunos cotistas nas universidades. Para alunos e pesquisadores ouvidos pela reportagem, as instituições precisam de ações específicas para o bom convívio no espaço de aprendizagem, antes exclusivo dos filhos das classes privilegiadas.

O líder do MTST, Guilherme Boulos, é o entrevistado da edição e fala da proposta do movimento para uma reforma urbana, além de fazer uma crítica do programa Minha Casa, Minha Vida que ele considera feito para salvar as empreiteiras da crise. Junto, tem uma reportagem em HQ que explica o movimento por moradia.

*Caros Amigos* tem ainda artigo sobre as eleições no Uruguai; os 50 anos de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*; entrevista com cantor moçambicano e os artigos e colunas dos colaboradores.

Boa leitura!

# sumário

## REPORTAGENS

<b>HQ</b>	
O movimento por moradia – Por Rôney Rodrigues e Carolina Ito	10
<b>COTISTAS</b>	
Intolerância em sala de aula – Por Laís Modelli	21
<b>CAMPANHA</b>	
A disputa eleitoral na internet – Por Lilian Primi	24
<b>DESCRIMINALIZAÇÃO</b>	
Debate avança no Congresso – Por Leandro Uchoas	30
<b>CINEMA NOVO</b>	
50 anos de <i>Deus e o Diabo...</i> – Por Laís Modelli	39

## ENTREVISTAS

<b>Guilherme Boulos: A luta por um teto</b>	14
Por Redação	
<b>Stewart Sukuma: Carona africana</b>	42
Por Caeli Gobbato	

## ARTIGOS E COLUNAS

<b>Sérgio Vaz: As ruas de terra – 25 anos de poesia</b>	6
<b>Gilberto Felisberto Vasconcellos: Bob Dylan nas folhas da Fiat-Chrysler</b>	8
<b>Mc Leonardo: Vidigal, eu preciso dizer que te amo!</b>	8
<b>José Arbex Jr.: O limite do capital</b>	9
<b>Pátria Grande - Por Luis Vignolo: Novos protagonistas da esquerda uruguaia</b>	20
<b>João Pedro Stedile: A necessidade de uma reforma política</b>	29
<b>Frei Betto: 40 anos do martírio de Frei Tito</b>	29
<b>Flávio Pompêo: Desumanização dos traficantes e a legalização da maconha</b>	34
<b>Gershon Knispel: Últimas notas de viagem de Israel</b>	44

## SEÇÕES

<b>Falar Brasileiro – Por Marcos Bagno: “Você sabe que eu o amo”. Como é que é?</b>	6
<b>Paçoca - Por Eliete Negreiros: A sanfona sensível de Dominguinhos</b>	7
<b>Ensaio Fotográfico – Parque – Por Alexandre Santos</b>	36
<b>Perfil de Torquato Neto – Por Paulo Rogério Gilani</b>	38
<b>Ideias de Botequim – Por Ciro Marcondes Filho: A quinta coluna no jornalismo brasileiro</b>	45

## CHARGES

<b>Guto Lacaz</b>	4
<b>Claudius</b>	46

**www.carosamigos.com.br**  
**Telefone: (11) 3123-6600**

EDITOR EXECUTIVO: Aray Nabuco REPÓRTERES: Alexandre Santos, Aray Nabuco, Caeli Gobbato, Carolina Ito, Flávio Pompêo, Laís Modelli, Lilian Primi, Leandro Uchoas, Luis Vignolo, Paulo Rogério Gilani, Rôney Rodrigues, Stephanie Borges, Wagner Nabuco REVISÃO DE TEXTO: Luciano Gaubatz ARTE: Ricardo Palamartchuk (Editor), Simone Riqueira (Assistentes), CONSULTOR EDITORIAL: José Arbex Jr. MARKETING: André Herrmann (Diretor), Pedro Nabuco de Araújo (Gerente) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Cecília Figueira de Mello ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: Lúcia Benito Ricco CONTROLE DE PROCESSOS: Wanderley Alves e Douglas Jerônimo LIVROS E PROJETOS ESPECIAIS: Clarice Alvon APOIO: Neivaldo dos Anjos, Renato Faria e Zélia Coelho ATENDIMENTO AO LEITOR: Zélia Coelho ASSESSORIA JURÍDICA: Aton Fon Filho, Juvelino Strozake, Susana Paim Figueiredo, Luis F. X. Soares de Mello, Eduardo Gutierrez; Pillon e Pillon Advogados REPRESENTANTE DE PUBLICIDADE: BRASÍLIA: Joaquim Barroncas (61) 9115-3659.

**CAROS AMIGOS** DIRETOR GERAL: WAGNER NABUCO DE ARAÚJO

*CAROS AMIGOS*, ano XVII, nº 208, é uma publicação mensal da Editora Caros Amigos Ltda. Registro nº 1176000, no 9º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Distribuída com exclusividade no Brasil pela DINAP S/A – Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo. Impressão: Gráfica Plural

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Diana, 377, CEP 05019-000, São Paulo, SP Telefone (11) 3123-6600; 0800.777.6601 (Assinatura) E-MAILS: redacao@carosamigos.com.br (Jornalismo); marketing@carosamigos.com.br (Publicidade); atendimento@carosamigos.com.br (Assinantes)

**ALTERCOM**  
 Associação Brasileira de Empresas e  
 Empreendedores da Comunicação  
 Site: altercom.org.br

# MACONHA SEM FUMAÇA

Debate sobre descriminalização avança, apesar dos conservadores, e chega ao Congresso com o reforço de experiências em outros países



FOTO: WIKIMEDIA

Por Leandro Uchoas

**H**á dois anos, o Comitê Científico Independente para Drogas da Grã-Bretanha divulgou uma lista de drogas por periculosidade. Embora seja proibida em quase todos os países do mundo, a maconha ficou com o modesto oitavo lugar. O álcool e o tabaco, legais no Brasil e na maior parte do planeta, ficaram com a primeira e a sexta colocação, respectivamente. Tal distorção leva à reflexão sobre os reais motivos da proibição da erva, ou mesmo à permissão de bebida e cigarro. As opiniões a esse respeito são controversas, frequentemente dissonantes.

Entretanto, algo está se tornando consenso entre os setores progressistas da sociedade. Independentemente de se considerar a maconha maléfica ou não, o método utilizado por quase todos os países no combate a seu uso não funciona. Todas as análises confirmam que a chamada “guerra às drogas”, política de proibição e repressão ao consumo, é um fracasso. Não há registro

de um único bairro, em qualquer cidade do planeta, que tenha conseguido reduzir de fato o consumo da maconha através desse método.

Por conta dessa gritante constatação, o debate em boa parte do Ocidente passa a ser como virar essa página, e adotar uma política que garanta avanços no campo da saúde, da segurança pública, e do respeito às liberdades individuais. No entanto, um setor expressivo da sociedade permanece opondo-se a essas medidas – em parte pela dificuldade de abandonar seus dogmas, e em parte porque lucram financeiramente com o sistema atual – e estão representados no Congresso, onde alas conservadoras tentam aprovar medidas que reafirmam o fracasso da repressão.

Mas as Marchas da Maconha já não são mais reprimidas como antes, e projetos de lei (PL) anti-proibicionistas colocam o debate da descriminalização ao Parlamento. O vizinho Uruguai aprovou avanços inéditos no mundo, o que talvez

tenha estimulado parte de nossos parlamentares a agir. O que os principais ativistas se questionam não é mais se virão mudanças na legislação brasileira, mas quando virão. E uma série de veículos, entre jornais, revistas e canais de TV, tem feito reportagens sobre a descriminalização e a eventual legalização da maconha (muito embora, pouco se fale nesses veículos das profundas mudanças que essas novas orientações podem produzir em diversas esferas).

Recentemente, o presidente uruguaio José Mujica aprovou uma legislação ousada referente ao uso da maconha. Legalizou a produção, distribuição e venda da erva sob controle do estado. O governo local defende que a meta é tirar o poder dos traficantes e reduzir a dependência de drogas mais pesadas. A lei prevê que no cultivo para consumo próprio será admitido até no máximo seis plantas por pessoa, com produção total de 480 gramas por ano. Países como



FOTO: REPRODUÇÃO AGENCIA CÂMARA

Deputado Jean Wyllys, autor de um dos projetos de descriminalização da maconha

Holanda e estados como Colorado (EUA) já haviam avançado na legislação sobre a maconha.

## NA ORDEM DO DIA

No Brasil, a despeito de rigorosa resistência dos setores conservadores, o debate avança. Na Câmara, dois projetos prometem inflamar a discussão nos próximos meses. Os deputados cariocas Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Eurico Junior (PV-RJ) apresentaram, respectivamente, o PL 7270/14 e o PL 7187/14. Eles apresentaram as propostas quase ao mesmo tempo.

O projeto de Eurico surgiu logo após a aprovação uruguaia, e é muito semelhante ao que foi aprovado no país. O de Jean avança sobre discussões mais amplas, e tem maior conformidade com a realidade do consumo de maconha no Brasil. Sua proposta foi construída com a participação de movimentos antiproibicionistas, grupos de interesse e especialistas na matéria. “A gente propõe uma reforma integral da legislação sobre drogas, além de regulamentar a maconha, abrangendo todos os aspectos da legislação”, explica Jean. Seu projeto ainda visa criar, no Brasil, o Conselho Nacional de Assessoria, Pesquisa e Avaliação para as Políticas sobre Drogas.

No Senado Federal, Cristovam Buarque (PDT-DF) tem estimulado o debate sobre um projeto de que é relator, a sugestão de projeto de lei número 8. A proposta nasceu por iniciativa popular, através do Portal e-Cidadania do Senado, onde alcançou 20 mil assinaturas em oito dias, e foi apresentado à Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto prevê a legalização do cultivo caseiro da maconha, determina a criação de “clubes de autocultivadores” e o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda da erva.

A estratégia do senador, que ainda não se posiciona em relação ao conteúdo, é ouvir a sociedade civil. “Vou ouvir todas as partes interessadas no assunto via audiências a serem realizadas”, diz. Cristovam pretende organizar um amplo debate. Já realizou uma audiência pública, e outras

sete estão marcadas para ocorrer até novembro – a última com a presença de Mujica e do tucaño FHC, que passou a apoiar a causa da descriminalização. No Senado, além da CDH, o projeto precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Assuntos Sociais, para depois ir ao plenário.

Em janeiro, o juiz Frederico Ernesto Cardoso Maciel chamou a atenção do País ao absolver um homem detido com 52 trouxas de maconha. Para Maciel, a proibição da droga é inconstitucional, porque a portaria do Ministério da Saúde que considera a maconha perigosa e ignora o princípio ativo de outras drogas, como o álcool, carece de fundamentação técnica. O Ministério Público apelou e o caso voltará a ser julgado.

O próprio Supremo Tribunal Federal (STF), quando decidiu por liberar as manifestações a favor da legalização, em 2011, afirmando constituírem liberdade de expressão, o fez por unanimidade – até então, Marchas da Maconha eram duramente reprimidas em grandes capitais.

## A POBREZA NA MIRA

Para uma das lideranças da Marcha, o vereador carioca Renato Cinco (PSol-RJ), a proibição das drogas está diretamente ligada à própria criminalização de pobres e negros. “Não existe guerra às drogas. Existe uma guerra aos pobres disfarçada de guerra às drogas. Com o pretexto de combater o narcotráfico, o poder público realiza operações militares que frequentemente resultam na morte de inocentes. Essas ações são quase uma exclusividade de áreas carentes”, avalia.

Segundo Cinco, a proibição das drogas é um elemento da história do racismo no Brasil.

“O Rio de Janeiro foi a primeira cidade no mundo a proibir a maconha, em 1830. A lei dizia que era proibido “aos escravos e outras pessoas” o “pito do pango” (fumar a erva). Anos depois, a delegacia responsável por prender o maconheiro também era a que prendia o sambista, o capoeirista, o pai de santo. Era a cultura negra que estava sendo criminalizada”, interpreta.

E acrescenta que os médicos brasileiros historicamente defenderam, em âmbito internacional, a proibição da droga, dizendo em documento que “a prova de que a maconha faz mal à saúde é que os negros são débeis mentais”, porque fumam maconha. “Hoje, a maconha não é mais a droga

dos negros. Mas o sistema Judiciário continua punindo apenas os usuários e traficantes oriundos das classes populares. Se antes a proibição das drogas era um instrumento do racismo, hoje é de criminalização da pobreza”, resume Cinco.

“NOSSO PROJETO GARANTE A LAICIDADE E O CARÁTER CIENTÍFICO DOS TRATAMENTOS CONTRA A DEPENDÊNCIA QUÍMICA, QUE DEVERÃO SER ADMINISTRADOS POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE”

## A LIBERAÇÃO EM CURSO

O proibicionismo tem relação direta com o debate sobre Segurança Pública no Brasil. Os ativistas defendem, inclusive, que com a legalização, a droga seria tratada no que consideram a sua esfera correta, que é a da saúde pública e não a da segurança. A legalização faria, inclusive, com que o trabalho policial e dos recursos materiais da polícia pudesse se concentrar nos delitos com vítima (homicídio, roubo, estupro etc.), otimizando a atuação policial.

O delegado Orlando Zaccone, secretário-geral da entidade educativa Agentes da Lei Contra a Proibição (Leap Brasil), defende que com a legalização das drogas haveria uma redução drástica no número dos delitos. “Existem pesquisas que apontam a relação entre

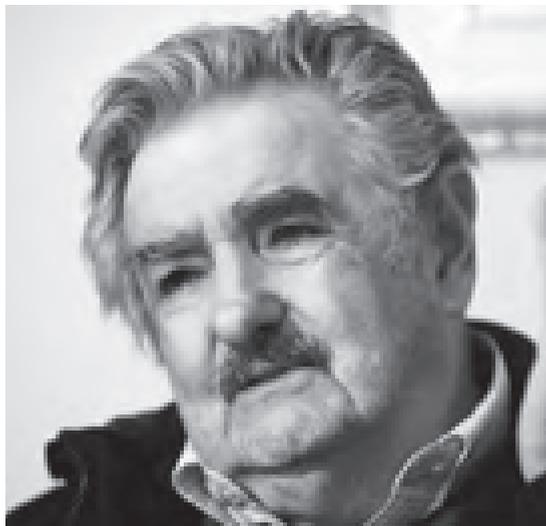
a letalidade violenta e o tráfico de drogas. A desconstrução do inimigo traficante também irá reduzir a violência institucional do Estado, que retira, desta categoria fantasmática, direitos e garantias individuais”, afirma.

Para Zaccone, só a legalização pode destruir a economia do tráfico, libertando a cidade da opressão exercida pelos braços armados do varejo das drogas. A Leap defende a legalização de todas as drogas. “Os efeitos nocivos da proibição encontram-se neste mercado ilegal, que fomenta disputa entre grupos rivais (facções) por território, promovendo violência letal e corrupção, e colocando a polícia numa cilada: reprimir um mercado que se cria com a própria proibição”, diz ele. E completa: “Enfrentar as questões relativas às drogas só será possível no marco regulatório, em que todas as drogas estarão controladas. Legalizar é controlar e não liberar. Liberadas estão as drogas na proibição”.

## SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA

Tanto a descriminalização quanto a legalização podem ter efeitos positivos no esvaziamento do sistema prisional. Novo censo carcerário feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que o Brasil atingiu, em 2014, a terceira maior população carcerária do mundo, ultrapassando a Rússia, com 715,6 mil presos. O número aumentou 37% nos últimos cinco anos. A taxa de ocupação dos presídios, de 1,65 presos por vaga, é a segunda maior do mundo, atrás apenas da Bolívia. O tráfico corresponde a 22% dos crimes cometidos. E segundo outro levantamento, feito pelo Ministério Público em São Paulo, em cada dez traficantes, um é de classe média – mas o índice de presos dessa origem está próximo de zero.

“O que vemos são policiais jovens, negros e pobres, atirando em comerciantes jovens, negros e pobres, que, às vezes, até revidam. Os ricos, que produzem e distribuem toneladas de substâncias tornadas ilícitas em navios, helicópteros, aviões e caminhões de carga, é que fazem esta guerra, vendendo para todos os lados. Não somente drogas ilícitas, mas também vendem armas e lavam dinheiro”, afirma André Barros, membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e da Marcha da Maconha.



José Mujica: avanço no Uruguai

Para Zaccone, a legalização da erva pode reduzir em até um terço o número de encarcerados no Brasil, uma vez que o tráfico é o principal motivo de encarceramento de mulheres e o segundo no caso dos homens, perdendo somente para o roubo. No entanto, em entrevistas, ele não costuma citar esse como um dos efeitos positivos da legalização, porque “pode gerar um pânico moral que vê no retorno dos criminalizados como traficantes de drogas um perigo para a sociedade”.

## DROGAS E FEMINISMO

“Essa característica da repressão às drogas como uma política de controle social atrelada a outras opressões e com interesses marcadamente classistas foi se acirrando ao longo do último século. A análise da população carcerária do País reforça essa constatação”, afirma Thamires Regina, integrante do Movimento pela Legalização da Maconha (MLM). Ela discute a proibição das drogas em mestrado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo.

Thamires explica que, no debate sobre a superlotação de presídios, a questão de opressão de gênero fica clara. Segundo o senso carcerário do CNJ, o índice de mulheres presas por manter relação com tráfico de drogas é de 60% do total. “Também no tráfico nota-se essa divisão sexual do trabalho. A reprodução da desigualdade de gênero faz com que essas mulheres cumpram funções de maior vulnerabilidade, discriminação e menos

prestígio social. Ocupando as funções mais vulneráveis no tráfico de drogas, essas mulheres ficam mais à mercê da violência policial”, afirma.

A relação entre drogas e machismo é histórica. Na década de 1920, um dos argumentos parlamentares para a criminalização das drogas era que o uso delas por parte das mulheres tirava-lhes “o sentimento de pudor”. Prevalencia a ideia, sem comprovação científica, de que o uso das substâncias pudesse fragilizar o senso moral feminino. “Hoje, se uma mulher foi abusada sexualmente quando estava sob o efeito de algum entorpecente, seu relato não é levado a sério, ou então toda desconfiança recai sobre sua conduta moral”, denuncia Thamires.

## QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Até mesmo a Organização dos Estados Americanos (OEA) passou a defender, em 2013, que os países do continente comecem a abordar o consumo das drogas ilícitas como uma questão de saúde pública. “Se não é possível passar da noite para o dia a uma mudança radical no tratamento dos dependentes, pelo menos deveriam ser iniciados métodos de transição, como os tribunais de drogas, a redução substancial das penas e a reabilitação”, publicou a OEA em relatório, há um ano.

Ao longo de 2014, a sociedade brasileira vem discutindo o uso de medicamentos oriundos da maconha no tratamento de doenças. O canabidiol, por exemplo, é um princípio encontrado na *cannabis sativa* que comprovadamente não altera a consciência nem provoca dependência. Ele e outros derivados da maconha são eficazes no tratamento de doenças como Parkinson, epilepsia e esclerose múltipla, e no combate a sintomas da Aids e do câncer. São permitidos em países como EUA, Canadá, Espanha, Alemanha e Inglaterra. No Brasil, entretanto, são proibidos.

No fim de maio, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) adiou para agosto a discussão sobre a mudança de classificação do canabidiol. Pais de crianças necessitadas dos medicamentos reivindicavam a inclusão na lista C1, que incorpora substâncias com permissão de uso controlado. A importação dos EUA, onde a substância é vendida como complemento alimentar, ainda é proibida. Há, no entanto, pais e médicos que burlam as leis, e trazem o produto clandestinamente.

## DISCUSSÃO COMPLEXA

O debate sobre avanços progressistas na legislação sobre comportamento, das liberdades individuais, tem avançado no Brasil e no mundo. Questões como legalização da maconha, casamento gay e descriminalização do aborto ganham foco em diversos países, e os posicionamentos progressistas eventualmente alcançam conquistas. Entretanto, há setores da esquerda que, sem negar a importância de se defender tais bandeiras, consideram perigoso que elas estejam

no centro da estratégia política das organizações.

O argumento é o de que conquistas nas questões comportamentais não promovem, de fato, avanços estruturais nos países. “Essa luta é complexa, a gente tem que ter cuidado. Porque a discussão sobre gênero, sobre maconha, ultrapassa a barreira da luta de classes. Está à margem. Não é à toa que o FHC defende essa pauta aqui no Brasil, e *O Globo* também. A esquerda não está errando ao defender, mas está em uma enrascada”, avisa o jornalista Milton Temer, ex-deputado

federal pelo PT e atualmente filiado ao PSol.

Ele considera que as questões estruturais de um país, como o combate ao grande capital, a defesa da soberania nacional e dos empregos, por exemplo, teria que estar no centro. Até porque a base popular não costuma ser ganha pela defesa de pautas como a da maconha e da homossexualidade. “Se a esquerda priorizar, e mergulhar nisso eleitoralmente, vai acabar prestando um serviço ao opressor”, avalia.

## AVANÇOS EM DIVERSOS PAÍSES

A ampliação do debate sobre a legalização ou a descriminalização das drogas tem acontecido a nível mundial. Uma das maiores expressões disso foi o lançamento do documentário brasileiro *Quebrando o tabu*, de Fernando Grostein Andrade, em 2011. O filme conta com depoimentos de várias personalidades, como o escritor Paulo Coelho, o ator Gael Garcia Bernal e os ex-presidentes dos EUA, Bill Clinton e Jimmy Carter. Ex-chefes de estado de Colômbia, México e Suíça também depõem. Todos eles denunciam a falência da “guerra às drogas”, e defendem outra política para o setor.

A Organização das Nações Unidas (ONU), no entanto, caminha com lentidão. Quando o Uruguai mudou sua legislação, a organização fez severas críticas. Raymond Yans, presidente da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), alegou que a lei viola a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, assinada por 186 países. Na época, há 53 anos, o uso da maconha era aprovado apenas para fins medicinais e científicos. Mais recentemente, no entanto, a ONU publicou relatório sugerindo, pela primeira vez, a descriminalização das drogas, alegando que é preciso descongestionar prisões e facilitar a reabilitação.

O Uruguai foi, de fato, o país que apresentou o maior avanço recente. Em maio, o presidente José Mujica aprovou uma lei que legaliza a produção, a distribuição e a venda da maconha, sob controle do estado. O governo

também vai controlar a regulação, a importação e a exportação. A produção e o consumo vão ser regulamentados por um instituto. A planta também pode ser cultivada para pesquisa científica ou produção de medicamentos.

“É notável o avanço nas Américas nos últimos anos. Já havia melhoras na jurisprudência de diversos países, como Argentina e Chile. Agora, o Uruguai se torna o único país do mundo a legalizar a produção e o comércio de maconha para uso recreativo. O que mais chama a atenção é a queda da criminalidade nos locais que legalizaram o uso recreativo”, comenta Flávio Pompêo, cientista político fundador do coletivo Cannacerrado (*leia artigo de Flávio na página 34*).

A Holanda também é famosa por permitir o uso recreativo de maconha desde a década de 1970. Maiores de 18 anos podem adquirir a erva em locais específicos. Em grande quantidade, ou em locais não autorizados, a venda de maconha é ilegal. O país também tem restringido a venda a turistas, porque a visitação de estrangeiros ao país somente para consumir a droga havia atingido níveis preocupantes.

Portugal flexibilizou suas leis ainda em 2001. A partir dessa data, ninguém mais pode ser preso por consumir drogas. As pessoas podem portar, no máximo, 25 gramas de maconha. Na vizinha Espanha, associações que distribuem maconha foram criadas ainda na década de 1990. Só podem se associar maiores

de 18 anos indicados por alguém. Estes podem consumir 20 gramas a cada semana.

Na Alemanha a legislação também avança. Ninguém pode ser preso por carregar pequenas quantidades de maconha. O nível de tolerância varia de estado para estado. Nos EUA, Colorado foi o primeiro estado a permitir a venda da erva para consumo. Jovens maiores de 21 anos podem comprar cerca de 30 gramas de droga. A maconha só pode ser fumada em locais específicos, e pessoas de fora de Colorado têm direito a apenas 7,5 gramas. Outros 18 estados daquele país permitem o uso da droga para finalidades médicas.

“Os países e estados norte-americanos que legalizaram a maconha tiveram essa vitória através de plebiscito ou de apoio parlamentar. Avançaram com a participação madura pela democracia direta e indireta, nas ruas e no voto. O Brasil precisa de mais democracia para avançar também”, analisa André Barros, membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ).

Mais ao norte, o Canadá foi o primeiro país do mundo a permitir o uso da erva para fins medicinais, em 2001. Se tiverem receita médica e um documento de autorização emitido pelo governo, os canadenses são autorizados a fumar maconha. A produção comercial em grande escala ainda é considerada crime, mas é comum no país encontrar moradores que plantam a erva no sótão, em estufas iluminadas. Também não é raro ver pessoas fumando nas calçadas.

Para Flávia Fernando, médica psiquiatra da infância e adolescência e psicoterapeuta com atuação no cuidado de pessoas que usam drogas, a dificuldade do Brasil de avançar em sua legislação nessa área é resultado do debate rebaixado que é feito no País. “Penso que isto se deve sobretudo à força de uma discursividade hegemônica científicista, próxima ao raso senso comum, em que pouco ou nada se questiona, reafirmando ‘verdades’ naturalizadas a respeito dessas substâncias e seus possíveis usos, fincadas em moralismos e caducas relações e jogos de poder”, diz.

A Anvisa dá permissões especiais para algumas famílias importarem o canabidiol. O primeiro bebê a receber a permissão, Gustavo Guedes, portador da síndrome de Dravet, morreu no início de junho. Sua mãe, Camila Guedes, é uma das mais ativas ativistas entre um grupo de mães que lutam pela liberação do medicamento. A Anvisa já autorizou três dentre nove pedidos de importação da substância. Este ano, a Marcha da Maconha foi dividida em alas temáticas, retratando diferentes esferas da luta. Uma delas era destinada aos pais que lutam pelo direito de filhos serem tratados com o uso destes medicamentos.

### PROIBICIONISMO LUCRATIVO

A maior resistência aos avanços da legislação brasileira, nas diferentes esferas do parlamento, em geral vêm dos setores vinculados ao fundamentalismo religioso. Pouco antes de assumir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em dezembro de 2012, o polêmico deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) combateu a legalização da maconha. “É muito fácil defender algo quando não se quer enxergar a tragédia. Estudos científicos recentes comprovam que a maconha é uma droga poderosíssima, que atua no sistema nervoso causando sequelas irreversíveis. Também é constatado que funciona como porta de entrada para outras drogas, por exemplo, o crack”, disse o pastor.

Sabe-se que essa resistência se dá, em grande parte, devido aos dogmas das religiões predominantes na sociedade brasileira. Católicos, evangélicos, espíritas, judeus, entre outros, frequentemente se mobilizam em defesa do proibicionismo, com o intuito de preservar os jovens de eventuais danos do uso das substâncias. Por vezes, negam-se a discutir a ineficácia da “guerra às drogas”. Entretanto, há dados que comprovam que a resistência não se dá somente devido

aos dogmas. Organizações vinculadas a diferentes religiões lucram com a proibição das drogas.

Jean Wyllys denuncia que a Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, tem um convênio com um pastor e ex-PM que é financiado pelo Estado para “curar” dependentes. E na Bahia, Sargento Isidoro, deputado estadual (PSB-BA) é um PM e pastor, dono de uma “comunidade terapêutica” denunciada por maus tratos e “tratamento” à base de proselitismo religioso. “Nosso projeto garante a laicidade e o caráter científico dos tratamentos contra a dependência química, que deverão ser administrados por profissionais da saúde”, lembra Jean.

A legalização da maconha, no entanto, também pode gerar lucros para o setor corporativo. Nos EUA, isso ocorre já há algum tempo. Com a flexibilização das leis da Califórnia, por exemplo, a indústria da maconha para fins medicinais movimentou mais de US\$ 1 bilhão por ano apenas no estado. Gera-se cerca de US\$ 100 milhões em impostos. É possível que surjam, no Brasil, empresas interessadas em fazer avançar as leis, de olho nos lucros do mercado da droga. Como se vê, muitas peças vão se mover neste tabuleiro nos próximos anos. ©

Leandro Uchoas é jornalista.